

Donald Trump e a América Latina: desconstruindo a ordem liberal?

Livia Milani

Pesquisadora de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

1. Introdução

Em texto publicado na revista *Foreign Affairs* em 2018, Barry Posen definiu a grande estratégia adotada pelo governo de Donald Trump como iliberal, afirmando que, neste aspecto, o presidente rompia com a tradição de Política Externa, que fora marcada pela promoção da hegemonia por meio da manutenção e da expansão da “ordem liberal”, distinguida pelas instituições multilaterais, pela exportação da democracia e do livre-mercado. O texto provocou debate, definindo os termos de parte da literatura *mainstream* sobre Política Externa dos EUA durante o governo Trump.

Posen (2018) identifica que não se tratou de uma política isolacionista, uma vez que houve aumento dos gastos com defesa e continuidade das operações militares no exterior, especialmente na Ásia, no Mar do Sul da China, e no Oriente Médio (Posen, 2018). Era, porém, uma estratégia que rompia com a promoção da ordem liberal internacional, priorizado o unilateralismo, as negociações bilaterais e o *hard power* estadunidense. Uma das facetas mais

destacadas foram as declarações favoráveis feitas por Trump a líderes de governos autoritários, como o russo Vladimir Putin, de norte-coreano Kim Jong-un e, inclusive, o chinês Xi Jinping, e a proposta de cortes nos orçamentos de promoção à democracia (Rucker, 2018; Mateo, 2020).

Para a América Latina, porém, um dos principais elementos da Política Exterior do governo Trump foi a retórica de promoção da democracia na Venezuela, através da mudança de regime. Ao contrário dos outros líderes autoritários, Nicolás Maduro não era exaltado, mas entendido como um antagonista que deveria ser eliminado. Os Estados Unidos apoiaram o autoproclamado presidente interino Juan Guaidó, que foi convidado para assistir ao discurso sobre o Estado da União de 2020, no Capitólio, em Washington, D.C. Na ocasião, o ex-presidente estadunidense afirmou que:

Apoiamos as esperanças de cubanos, nicaraguenses e venezuelanos pela restauração da democracia. Os Estados Unidos lideram uma coalizão diplomática de 59 países contra o ditador socialista da Venezuela, Nicolás Maduro. (Aplausos.) Maduro é um

governante ilegítimo, um tirano que brutaliza seu povo [...] Os americanos estão unidos ao povo venezuelano em sua justa luta pela liberdade (Trump, 2020, tradução livre).

Esta situação não é suficiente para caracterizar a Política Exterior para a América Latina como pautada na expansão da hegemonia liberal, uma vez que se tratou de uma política com contradições intrínsecas, e outras ações foram condizentes com a estratégia global. Tendo em vista esse contexto, o principal objetivo neste artigo é analisar se a desvalorização da “ordem liberal” como estratégia para a promoção da hegemonia também explica a política exterior da grande potência para a América Latina. Parte-se dos seguintes questionamentos: a política exterior para a América Latina, durante o governo Trump, promoveu uma desconstrução da ordem liberal? Até que ponto se trata de um rompimento com a tradição estadunidense?

Com vistas a responder a estas perguntas, o artigo foi dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A seguir, as relações entre a política externa dos EUA e a ordem liberal são debatidas, posteriormente são apresentadas as características da política para a América Latina e, por fim, o caso da Venezuela é analisado. A pesquisa foi realizada através da discussão da bibliografia e da análise textual de documentos oficiais estadunidenses, especialmente a Estratégia de Segurança Nacional e relatórios

produzidos pelo Congress Research Service (CRS), além de discursos e livros de memórias de autoridades.

2. A Política Exterior dos EUA no governo Trump: mudanças e rompimento com a ordem liberal

A eleição de Donald Trump impulsionou um debate sobre as relações entre os Estados Unidos e a ordem liberal, uma vez que a retórica do então presidente sinalizava um processo de desmonte desta (Boyle 2020; Cooley e Nexon 2020; Ikenberry 2017, 2019; Karkour 2020; Posen 2018; Stokes 2018). Sua chegada ao poder significava um rompimento do consenso, sustentado entre formuladores de políticas nos Estados Unidos de vertente liberal-internacionalista e neoconservadora, de que a expansão da ordem liberal seria benéfica aos EUA (Cooley e Nexon 2020; Walt 2018).

Embora tenham uma visão cética sobre os benefícios da ordem liberal para a manutenção do predomínio estadunidense, teóricos da vertente realista das Relações Internacionais, como Posen (2018) e Walt (2018), também criticaram a Política Externa de Trump. O maior problema identificado por estes estava no fato de não haver uma política cautelosa, ou de restrito engajamento internacional. Ao contrário, os militares dos EUA continuavam mobilizados ao redor do mundo, e o orçamento de defesa crescia.

Trump expressava uma visão

transacional da ordem, baseando-se em um cálculo de curto prazo sobre custos e benefícios, além de noções restritas sobre o interesse e a soberania nacional (Restad, 2020). Como pontuado por Ikenberry (2019, p. 10), tratava-se do primeiro presidente “ativamente hostil ao liberalismo internacional” desde a Segunda Guerra Mundial. A Estratégia de Segurança Nacional publicada durante a gestão criticava a estratégia de expansão da ordem liberal internacional, até então vista como essencial para lidar com os países que desafiavam os Estados Unidos:

Essas competições [com a China e a Rússia] exigem que os Estados Unidos repensem as políticas das últimas duas décadas — políticas baseadas na suposição de que o envolvimento com os rivais e sua inclusão nas instituições internacionais e no comércio global os tornaria atores benignos e parceiros confiáveis. Na maior parte, essa premissa acabou se mostrando falsa [1] (The White House, 2017, p. 3, tradução livre).

Além da desvalorização das organizações internacionais e dos valores tradicionalmente sustentados pela potência, no âmbito doméstico, o governo republicano promoveu um ataque às instituições estadunidenses e aos valores liberais ligados à dignidade e à igualdade humana. Trump recebia apoio de grupos de extrema-direita e supremacistas brancos, como o QAnon e os Proud Boys, não se comprometia a aceitar os resultados eleitorais e contestou, sem

provas, sua derrota nas eleições de 2020 (Forrest 2021; Levy 2021). Essa situação minava as possibilidades de a potência se portar como um exemplo de democracia, que serviria de modelo para outras partes do mundo (Cooley, Nexon, 2020). A situação é ainda mais grave, se considerarmos que há um processo de deslocamento do Partido Republicano para a extrema-direita, cujas origens remontam à formação do Tea Party, em 2009 (Boyle, 2020).

Os movimentos de extrema-direita também tinham conexões internacionais, influenciando-se mutuamente, como ficou claro no papel desempenhado por Stephen Bannon, o qual buscou articulá-los. Neste sentido, a chegada de Trump ao poder não foi um evento isolado, mas resultado do crescimento de movimentos transnacionais e de partidos políticos de extrema-direita que professavam ideologias de conteúdo iliberal, tanto nos EUA quanto em âmbito global. Tais movimentos, embora tivessem características diferentes, tinham valores em comum, como as posições contrárias à migração internacional e ao multiculturalismo, além da exaltação de valores reacionários sobre a família e os costumes (Cooley and Nexon 2020).

Posen (2018) argumentou que, durante aquela administração, o governo continuou a buscar a primazia estadunidense, mas se distanciou do paradigma liberal das seguintes formas: (i) absteve-se da exportação de democracia, (ii) desvalorizou os

arranjos multilaterais, e (iii) criticou os grandes acordos de livre-comércio (Posen, 2018, p. 20). Como anunciado pelo autor,

“embora a administração Trump tenha reduzido, ou abandonado, muitos dos pilares do internacionalismo liberal, sua política de segurança permaneceu consistentemente hegemônica” (Posen 2018, p.27, tradução nossa).

Ikenberry (2017) sustenta que o governo Trump modificou a Política Externa dos EUA ao questionar (i) o compromisso com a manutenção da ordem internacional; o (ii) livre-comércio e as instituições e regimes internacionais, incluindo os de meio ambiente e de direitos humanos; (iii) o caráter aberto e multicultural da sociedade americana; (iv) e a distinção no relacionamento entre democracias liberais e regimes autoritários. Há, porém, antecedentes na história dos Estados Unidos referentes a todos estes pontos, que demonstram a existência de tensões entre os EUA e a ordem liberal, com o primeiro muitas vezes se abstenendo de promovê-la.

No que se refere ao compromisso com a ordem internacional e, especialmente, com as organizações internacionais, pode-se destacar que os EUA optaram por não participar de iniciativas importantes, como o Tribunal Penal Internacional (TPI), realizaram intervenções não autorizadas pelo Conselho de Segurança, nomeadamente em 2003, com a ocupação do Iraque. No âmbito da política ambiental, nos anos 1990, a potência não aprovou o Protocolo de

Kyoto e, no que refere aos direitos humanos, o país não ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU, ou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Hernandez e Rosa 2011; Organização dos Estados Americanos n.d.; United Nations n.d.). No que se refere à promoção do livre-comércio, a potência passou a defendê-lo apenas depois de conquistar sua preponderância industrial e, mesmo atualmente, há exceções, como a manutenção de subsídios agrícolas (Chang 2004). A promoção da democracia sofre influência dos interesses nacionais da potência, tendo sido em ocasiões subordinada a outros objetivos, como a estabilidade e a contenção do comunismo durante os anos 1980 (Mateo 2020).

Com relação ao caráter aberto e multicultural da sociedade norteamericana, cabe pontuar que as instituições políticas democrático-liberais não foram suficientes para eliminar o racismo e a exclusão institucionais, evidenciados pelas políticas de segregação racial, presentes no país até a Lei de Direitos Civis, de 1964, e pelo alto grau de violência estatal contra a população negra, verificado pelos assassinatos extrajudiciais de pessoas negras por policiais, visibilizados pelo movimento Black Lives Matter (Adkins e Devermont 2020; Johnson 2018). Sobre a migração, o maior controle das fronteiras e a restrição à entrada de migrantes dos Estados Unidos não são um processo recente,

embora tenha sido intensificado durante a gestão Trump.

O pensamento liberal-internacionalista acaba por silenciar as desigualdades e os processos de subordinação no âmbito interno, sejam aquelas por classe social, por raça, ou por gênero, para construir a ideia da sociedade americana como aberta e plural (Parmar 2018). O governo Trump intensificou as assimetrias internas ao colocar em prática uma política abertamente racializada, mas esta precede – em muito – sua administração.

Como destacado por Restad (2020), Trump ressuscitou o nacionalismo étnico nos EUA, o qual historicamente existiu em contraposição ao nacionalismo cívico. Este significava uma definição do nacional a partir da “vontade de viver junto” e da concepção do país enquanto uma nação de migrantes. Já o primeiro definia a essência do nacional a partir de características físicas, do idioma e da religião e tinha um componente potencialmente racista, baseado na ideia de supremacia branca. Ambos os nacionalismos competiram historicamente pela hegemonia de ideias no país e continuam a fazê-lo no momento contemporâneo (Restad, 2020).

Importante pontuar que o racismo presente nas estruturas internas dos Estados Unidos também se reflete na consolidação da ordem liberal internacional e, especialmente, nas relações entre o Norte e o Sul, as quais são permeadas por uma

estrutura hierárquica (Parmar, 2018; Restad, 2020). A Política Externa dos EUA para a periferia é guiada pela autopercepção de missão civilizatória – uma visão de transformar o mundo, tornando-o mais parecido com os EUA, pela exportação da democracia e do livre-mercado (Mateo 2020). Assimilar minorias não significa, necessariamente, apoiar a diversidade, uma vez que pode ocorrer de forma a abrangê-las à cultura dominante, apagando suas características próprias (Jaguaribe 1979; Parmar 2018).

O tema das relações centro-periferia é abstraído da análise por Ikenberry (2012), pois, apesar de reconhecer que as mesmas são pautadas por maior grau de coerção, o autor opta por enfatizar as relações dos EUA com Europa e Japão, a partir das quais encontra os elementos empíricos para a construção de sua teoria. No que se refere às relações entre os países centrais, as mudanças desencadeadas por Trump também são mais perceptíveis, pois o ex-presidente tratava os aliados abertamente como subordinados (Boyle, 2020).

E, por fim, a distinção entre regimes autoritários e democracias liberais na Política Exterior dos Estados Unidos é um tema que sofre influências de seus interesses e considerações geopolíticas. Os EUA apoiaram a construção de um regime autoritário na Coreia do Sul, após a guerra travada na península na década de 1950 (Parmar, 2017). Ao longo de

sua história, inclusive no pós-Guerra Fria, os EUA mantiveram alianças com regimes autoritários, como os da Arábia Saudita, ou do Egito de Hosni Mubarak. Na América Latina, além do histórico apoio a regimes autoritários no século XX, nos anos 2000, houve menor ênfase nas violações aos direitos humanos cometidos na Colômbia, especialmente durante o governo de Álvaro Uribe, quando a guerra civil foi intensificada com apoio da potência (Haugaard et al. 2010).

A diferença promovida durante o governo Donald Trump parece ser uma rejeição à noção de que as ideais liberais – especialmente a democracia liberal – pudessem e devessem ser aplicadas universalmente. Embora tenha existido um recuo na tentativa de assimilação de outras regiões do mundo, ela foi substituída pelo racismo mais aberto, por exemplo, presente em comentários depreciativos feitos pelo ex-presidente a países como o Haiti, as insinuações de que os migrantes mexicanos seriam criminosos, a tentativa de banir a entrada de nacionais de sete países muçulmanos a partir de ordem executiva (Restad, 2020). Neste sentido, embora tenham sido promovidas mudanças relevantes, historicamente o papel dos EUA enquanto promotor de uma “ordem liberal” foi contraditório e seletivo.

Karkour (2020, p. 3) comenta que o ataque aos preceitos da ordem liberal não significam uma contestação da modernidade liberal, baseada, segundo

ele, na atomização das sociedades, no individualismo excessivo, na falta de tradição e nas desigualdades econômicas e sociais, o que torna o indivíduo “impotente e inseguro[...], enquanto, por outro lado, leva à identificação do indivíduo com o excesso e a irracionalidade da nação para preencher a lacuna em seu próprio poder e segurança” [2]. Assim, cabe pontuar que, historicamente, o neoliberalismo foi concomitante ao aumento do nacionalismo, este último impulsionado pela sensação de insegurança e de falta de poder que provinha do primeiro (Panitch, Gindin, 2019).

Contemporaneamente, a tentativa de desconstrução da ordem liberal durante o governo Trump foi simultânea à continuidade – por vezes intensificação – de uma política econômica neoliberal, que amplifica as desigualdades sociais e que aumenta a sensação de insegurança e de insatisfação por parte dos indivíduos. Essa questão pode ser verificada, por exemplo, nos cortes de impostos promovido pelo governo, uma de suas principais bandeiras econômicas. Assim, intensifica-se a crise de legitimidade das elites políticas estadunidenses (Parmar, 2017), e a volta dos democratas ao poder não significa garantias de um retorno à normalidade. A seguir, as mudanças da política exterior dos EUA, suas ações de desconstrução do caráter liberal da ordem internacional e o tema da promoção da democracia serão debatidos tendo como base a América Latina.

3. A Política dos EUA para a América Latina durante o governo Trump

A literatura sobre Política Externa dos EUA para a América Latina aponta que a mesma não está desvinculada das estratégias globais da potência (Smith 2008; Cepik 2019). Assim, seria esperado que fossem traduzidas para o contexto regional as mudanças promovidas pelo governo Trump, como a abstenção em exportar a democracia, a desvalorização dos arranjos multilaterais, e a crítica aos acordos de livre-comércio (Posen 2018). Guida (2018) argumenta que a estratégia de Trump para a região dialogava com aquela do âmbito global e que as mudanças se materializavam na desconfiança frente às instituições e aos acordos internacionais e no abandono da “[...] combinação de *hard* e *soft power* que, desde o final dos anos 1980, foi considerado pelos formuladores de políticas dos EUA como a principal forma de preservar a hegemonia” (Guida 2018, p. 195, tradução livre).

Na avaliação deste autor, essas transformações se expressavam em uma Política Exterior que se tornou agressiva e unilateral. No que se refere à promoção da democracia, porém, há contradições entre a retórica global e a regional, que se apresentaram na busca de provocar a mudança de regime na Venezuela – o que será analisado no próximo tópico. Ainda que a postura do governo Republicano tenha sido agressiva, o discurso era permeado pela noção de reconstruir a

democracia no país e garantir a “liberdade do povo venezuelano”. No que se refere aos demais pontos de ruptura com a promoção da “ordem liberal”, houve convergências entre as estratégias global e regional.

Com relação ao livre-comércio, desde a campanha eleitoral, o presidente criticou o Tratado de Livre-Comércio Norte Americano (Nafta, na sigla em inglês), argumentando erroneamente que o mesmo havia promovido a industrialização no México às custas dos Estados Unidos, “roubando” os empregos dos trabalhadores estadunidenses (Lawrence 2016; O’Neil 2017). Tratava-se de uma retórica também presente no âmbito global e que refletia as perdas de grupos estadunidenses em razão do processo de globalização e da transferência de investimentos de indústrias estadunidenses para países em desenvolvimento, em razão dos menores custos com a força de trabalho.

Após sua chegada ao governo, Trump propôs uma reformulação deste acordo comercial trilateral, que se concretizou na formação do U.S.M.C.A. (acrônimo para Acordo Estados Unidos-México-Canadá). Além disso, assim como anunciado na campanha presidencial, nos primeiros dias de governo, a administração se retirou das negociações para a formulação do Tratado de Parceria do Pacífico, no qual estavam presentes Chile, México e Peru (Meyer 2018).

O governo Trump também promoveu uma desvalorização dos diplomatas de carreira nos setores dedicados à América Latina do Departamento de Estado, optando por quadros provenientes de agências de segurança, Inteligência e ligados ao Partido Republicano para a condução da Política Exterior para a América Latina (Cepik 2019). Por exemplo, o cargo de secretário de Estado assistente para o Hemisfério Ocidental foi ocupado de forma interina durante o ano de 2017, sendo que a nomeada em 2018, Kimberly Breier, iniciou sua carreira no setor de Inteligência (Naylor 2019). O ex-presidente também demorou para nomear embaixadores para os países da região, deixando o cargo vago por mais de um ano em alguns países.

Também houve uma volta de lideranças neoconservadoras, como o representante especial para a Venezuela, Elliot Abrams, o qual possui um histórico de conivência em casos de violações aos Direitos Humanos. No Conselho de Segurança Nacional, a seção para a América Latina foi ocupada por Mauricio Claver-Carone, descendente de cubanos, que havia sido um dos diretores de organização de *lobby* que buscava influenciar a continuidade de uma política de pressão à Cuba. Posteriormente, em 2020, Claver-Carone tomou posse como presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), quebrando a regra não escrita de gestão da organização por latino-americanos (Pires 2020).

A desvalorização das agências civis para a projeção de poder dos Estados Unidos também pode ser identificada no âmbito da assistência internacional, sendo que a administração propôs cortes significativos no montante de recursos destinados à América Latina, através do Departamento de Estado e da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês) (Meyer 2018; Meyer, Martin 2020). Os cortes propostos não foram implementados em sua totalidade, devido à recusa do Congresso, que aprovou leis com orçamentos maiores que o requisitado pela administração. Ou seja, Trump buscou diminuir os recursos destinados à América Latina, porém foi, em parte, barrado pelo Congresso. Estas ações no sentido de limitar os recursos destinados à região levaram Ayerbe (2019) a entender que a postura agressiva de Trump para a região era mais retórica que fundamentada em ações concretas.

Embora os relatórios do CRS chamassem atenção para a possibilidade de aumento da atuação na América Latina a partir da assistência direcionada pelo Departamento de Defesa, os dados do Security Assistance Monitor, do Center for International Policy, não mostram aumento dos recursos para a região por meio deste departamento (**Gráfico 1**). Cabe pontuar que os recursos repassados pelo Departamento da Defesa não são supervisionados pelo Congresso americano com o mesmo rigor que acontece com os recursos

enviados por canais civis.

No que se refere ao multilateralismo, houve desvalorização das instituições regionais. Já no primeiro ano de governo, 2017, o então secretário de Estado, Rex Tillerson, cancelou sua participação na 47ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, ocorrida em Cancún, justificando a decisão como necessária em razão de tensões do Golfo Pérsico (Guida 2018; Organization of American States. 2017). Ademais, o ex-presidente foi o primeiro a não participar de uma Cúpula das Américas, desde que o mecanismo foi iniciado em 1994.

A Estratégia de Segurança Nacional (NSS), de 2017, também não menciona as instituições multilaterais pan-americanas, corroborando a desvalorização do tema. Já o documento elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional para a região, a “Abordagem Estratégica para o Hemisfério Ocidental”, aponta a OEA como um mecanismo para lidar com os regimes “não democráticos” que desafiam a potência, revelando a percepção da mesma como instrumento para a consecução dos objetivos estadunidenses (National Security Council 2017).

A NSS também não destaca aliados preferenciais dos EUA no Hemisfério Ocidental, preferindo singularizar os desafios representados pela situação em Venezuela, Cuba e na América Central – onde a instabilidade gerava crescentes fluxos migratórios em direção aos EUA (The White House 2017). Trata-se de uma mudança, pois

a estratégia de 2015 citava as parcerias com Chile, Peru, México e Brasil, e a de 2010 mencionava a importância das relações com o Brasil (The White House 2010, 2015).

A desvalorização das instituições pan-americanas significou uma ruptura em relação a governos anteriores: Bill Clinton iniciou o processo de Cúpulas; e George W. Bush deu continuidade ao processo de negociação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), a qual acabou por não se consolidar, devido à oposição dos países da América do Sul. Apesar da inexistência de um grande projeto de integração para a região, o governo Obama utilizou o espaço da Cúpula das Américas para gerar boa vontade na região, pregando a igualdade entre os países do continente (Lowenthal 2011). Contudo, a maior priorização das relações bilaterais com países da América Latina também esteve presente durante os governos anteriores, tendo ganhado relevância de forma gradual (Biegon 2017; Milani 2021; O’Mora, Zimmerman 2010).

Também é possível perceber uma postura mais agressiva de Trump no que se refere à migração, o que se expressou na campanha pela construção de um muro na fronteira com o México e também na postura frente às caravanas de migrantes e aos solicitantes de asilo procedentes de países da América Central, em especial do Triângulo Norte (Guatemala, Honduras e El Salvador), sendo que o governo buscou

redirecioná-los para terceiros países (Campos e Prevost 2019; Sullivan et al. 2020).

Neste caso, houve uma mudança de postura. Enquanto a administração Obama buscou lidar com o aumento da migração proveniente destes países pela assistência internacional, o governo republicano impôs cortes na implementação de ajuda a estes países em 2019, por considerar insuficientes seus esforços para barrar a imigração (Meyer 2017; Meyer e Martin 2020). Também com relação às migrações, as ações presidenciais encontraram limites em outros poderes, uma vez que o Judiciário barrou a finalização do programa para migrantes que chegaram aos EUA enquanto crianças (Deferred Action for Childhood Arrivals – DACA), (Sullivan et al. 2020).

Embora as ações de Trump tenham sido mais contestadas – até porque mais abertamente discriminatórias –, a questão da migração sempre foi uma exceção importante às políticas liberalizantes impulsionadas pela potência. De acordo com Velasco e Cruz (2007 p.46), embora o neoliberalismo promovesse a ideia de liberalização dos fluxos de capitais, de forma simultânea, ocorria uma ampliação do controle sobre os fluxos de pessoas. Assim, no período posterior ao fim da Guerra Fria, o tema das migrações entrou nas listas de novas ameaças identificadas pelos Estados Unidos, e o controle dos fluxos esteve presente em

todas as administrações (Soares, Mathias, 2003). O próprio muro já possuía antecedentes, sendo que, em 2017, já existiam 700 milhas de barreira física construídas na fronteira com o México (Pecequilo, Franzoni 2019, p.128). O tema da migração, que foi fortemente citado na campanha eleitoral, mostra que a política de Trump para a América Latina é fortemente conectada com a política interna, esta entendida como mais relevante (Cepik, 2019).

A grande diferença entre as administrações Trump e Obama para a América Latina se refere a sua postura frente aos governos latino-americanos que se afastaram do paradigma liberal na região, como Venezuela, Nicarágua e Cuba (Ayerbe 2019; Campos e Prevost 2019). Enquanto Obama buscava a distensão e o engajamento como forma de promover mudanças graduais em tais países, Trump retomou uma forma de hegemonia intervencionista, “em que a perspectiva de convivência com a pluralidade de formas de governo tende a ser substituída por uma aposta na eliminação do campo adversário” (Ayerbe 2019, p. 225, tradução livre [3]).

Neste ponto, as tensões no âmbito do que poderia se conformar como uma Política Exterior de caráter liberal se mostram de forma clara. Por um lado, as pressões do governo estadunidense apresentam uma intransigência com o diferente, buscam eliminar a diversidade. Por outro, trata-se de uma continuidade da busca

de mudança de regime, justificada por seu papel na promoção da “democracia” e da “liberdade”. Assim, cabe analisar até que ponto a promoção da democracia se mantém, ou se trata-se apenas de uma forma de justificar a imposição da hegemonia estadunidense nas Américas. Esta questão é analisada no próximo tópico.

4. Venezuela e a promoção da democracia

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos formulada durante o governo de Donald Trump apresenta uma situação peculiar. Já nas primeiras páginas, é sinalizada uma mudança importante na concepção da Política Externa, ao declarar que “o modo de vida americano” não pode ser imposto a outros países. Posteriormente, contudo, o documento destaca a existência de rivalidade com China e Rússia, interpretada como uma disputa entre sociedades livres *versus* sociedades repressivas, sendo as primeiras entendidas como superiores. Assim, reitera-se um discurso maniqueísta, no qual os aliados dos EUA são apresentados como democracias, e os competidores, como autoritários, ecoando o discurso da Guerra Fria e a ideia dos EUA como uma liderança entre as democracias. Como articulado no documento:

Também somos realistas e entendemos que o estilo de vida americano não pode ser imposto aos outros, nem é a culminação inevitável

do progresso [4] (THE WHITE HOUSE, 2017, p. 4, tradução livre) Três conjuntos principais de desafios – as potências revisionistas China e Rússia, os Estados rebeldes Irã e Coreia do Norte e organizações transnacionais que nos ameaçam, especialmente grupos terroristas jihadistas – estão competindo ativamente contra os Estados Unidos e nossos aliados e parceiros. [...] Estas são disputas fundamentalmente políticas entre aqueles que favorecem os sistemas repressivos e aqueles que favorecem as sociedades livres [5] (THE WHITE HOUSE 2017, p.25, tradução livre, grifo do autor).

O objetivo declarado do governo era relacionado à contenção das ameaças representadas pelas “potências revisionistas”, sendo a promoção da democracia um objetivo secundário e subordinado ao primeiro. A América Latina passava a ser vista a partir de um quadro geopolítico, sendo que as conexões com China e Rússia eram percebidas com alarme e como ameaça potencial (Bolton 2020; Krivoláпов, Stepánova 2020). Nicarágua, Cuba e Venezuela foram selecionados como países-alvo para a política de promoção de democracia, sendo destacados também como países que mantinham relações com os rivais dos EUA. O foco e as pressões recaíram principalmente sobre o país bolivariano, em especial durante o período da gestão de John Bolton no Conselho de Segurança Nacional (2018-2019), quando o então presidente da Assembleia Geral

venezuelana, Juan Guaidó, foi reconhecido como presidente legítimo e houve tentativas de mudança de regime.

Tanto as relações entre os países do assim chamado “trio da tirania”, que possivelmente formariam um eixo latino-americano de resistência aos EUA, quanto as conexões da Venezuela com potências externas à região eram vistas com alarme pelos formuladores de políticas dos EUA. Estas últimas eram entendidas como uma abertura para a influência de Rússia, China e Irã no Hemisfério Ocidental, tradicionalmente percebido como área de influência estadunidense (Bolton 2020; National Security Council 2017; The White House 2017). Como articulado na Estratégia de Segurança Nacional:

A China busca atrair a região para sua órbita por meio de investimentos e empréstimos estatais. A Rússia continua sua fracassada política da Guerra Fria, apoiando seus aliados cubanos radicais enquanto Cuba continua a reprimir seus cidadãos. Tanto a China quanto a Rússia apoiam a ditadura na Venezuela e buscam expandir os vínculos militares e as vendas de armas para a região [6] (The White House, 2017, p.51, tradução livre, grifo do autor).

Também cabe comentar que o então presidente Donald Trump enfatizava o caráter de esquerda do governo bolivariano – “socialista” em suas palavras –, ressaltando a relação entre a questão venezuelana e a política interna dos Estados Unidos. No

discurso do Estado da União de 2020, quando Guaidó foi um dos convidados de honra, o presidente estadunidense, após manifestar solidariedade com o povo venezuelano, afirmou que o “socialismo destrói nações” (Trump 2020). No ano anterior, em tom de campanha, comentando a situação na Venezuela e se contrapondo a deputados democratas mais à esquerda, o ex-presidente afirmou que “a América nunca será um país socialista” (Trump 2019). Embora a afirmativa seja descomedida, mostra como a retórica de combate ao socialismo era mobilizada internamente, em um *déjà-vu* do período da Guerra Fria.

Com relação à percepção de autoritarismo e ao fator “socialismo”, cabe pontuar que, ao menos para a figura pessoal de Donald Trump, o segundo fator parecia ter um peso maior. Em suas memórias, Bolton relata que Trump duvidava das competências de Guaidó, considerado por ele como um ator fraco, enquanto Maduro era visto como forte (Bolton 2020). No mesmo livro, o antigo conselheiro também comenta que o ex-presidente tinha interesses na mudança de regime, em razão da mudança de orientação em política internacional e dos campos de petróleo disponíveis no país bolivariano (Bolton, 2020, p. 496). A questão venezuelana era entendida como uma questão de política interna por Donald Trump, o que resultava de parte da oposição venezuelana estar radicada e atuar do estado da

Flórida, onde se constituiu enquanto um grupo de interesse e buscou internacionalizar sua campanha contra o chavismo (Pedroso 2018).

Consideradas as percepções apresentadas em discursos, memórias e documentos, cabe listar as estratégias empregadas pelos EUA para mudar o *status quo* venezuelano. O governo estadunidense priorizou uma combinação de sanções econômicas, impostas de forma gradual, com o apoio à oposição liderada por Guaidó, o qual tinha fácil acesso à cúpula do governo estadunidense (Ellner 2019; Seelke et al. 2020). O apoio à oposição não foi uma novidade, mas uma ativação de política para a Venezuela já presente desde 2002, durante o período do governo de W. Bush, quando foram construídos os vínculos entre os movimentos antichavismo e o governo da potência hegemônica (Pedroso 2018). Com relação às sanções, Trump também promoveu a intensificação de processo iniciado durante a gestão de Obama, em 2015 (Milani 2021).

Em mais de uma ocasião, o presidente Donald Trump considerou a possibilidade de intervenção militar – o que não encontrou apoio internamente, no Congresso, ou externamente, na América Latina, ou na Europa (Seelke et al. 2020). Dois episódios planejados no sentido de enfraquecer Maduro foram a tentativa de forçar a entrada de ajuda humanitária proveniente da USAID através das fronteiras brasileira e colombiana, em 23 de fevereiro de

2019, e a tentativa de golpe de Estado, em 30 de abril do mesmo ano, esta última frustrada em razão do baixo apoio recebido por parte dos militares (Norden 2021) [7].

Com relação às sanções, Bolton relata obstáculos para sua rápida implementação, provenientes dos Departamentos de Estado e do Tesouro: no primeiro caso, a segurança pessoal dos diplomatas estadunidenses era vista como a questão central e, no segundo, havia preocupação com possíveis perdas por parte de empresas estadunidenses. Na avaliação do então conselheiro, a falta de uma pressão constante ao governo venezuelano levou ao fracasso da política estadunidense para o país (Bolton 2020).

John Bolton (2020 p.535) também relata que a mobilização dos países latino-americanos e a discussão da situação em âmbitos multilaterais eram importantes para que não parecesse se tratar de uma mudança de regime feita em Washington. Neste sentido, a mudança do contexto político na América Latina, com a ascensão de governos de direita e mais alinhados com os EUA em Brasil e Argentina, trouxe uma conjuntura mais favorável para a política agressiva dos EUA, que podia contar com apoio regional e se resguardar de acusações de unilateralismo (Campos, Prevost 2019).

A retórica de promoção da democracia parece cínica, quando se considera a escolha de Elliot Abrams como representante especial para a

Venezuela. Abrams tem um histórico bastante controverso, tendo sido o responsável por conduzir a política de apoio aos paramilitares de direita na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala na gestão de Ronald Reagan, enquanto ocupava o cargo de subsecretário de Estado para Direitos Humanos e Assuntos Humanitários. Hoje, Abrams prefere ressaltar o sucesso desta política em combater o suposto “comunismo”, em detrimento de reconhecer as violações de direitos humanos apoiadas pelos EUA que ocorreram durante as guerras civis na América Central. Abrams foi, assim, um dos articuladores de uma política exterior que colocava o combate ao comunismo como objetivo principal, significando alianças com governos autoritários para atingir aquele fim. O importante para ele era a existência de governos alinhados com os EUA, independentemente de suas políticas internas (Marcetic 2019; Schwarz 2019).

Neste ponto, também cabe pontuar como contradição importante da Presidência dos EUA a seletividade em relação à promoção da democracia na América Latina. O processo de deterioração da democracia brasileira, a partir de um presidente que exalta o período ditatorial e despreza o regime de direitos humanos, foi desconsiderado pelo governo federal da potência, sendo que Bolton o caracterizou como um governo de ideias semelhantes (Bolton 2018).

Assim, a política de desconstrução da ordem liberal

também esteve presente na América Latina, sendo que o discurso de promoção da democracia era uma forma de buscar legitimar ações contra um governo entendido como antagônico por sua orientação política – definida por Trump como socialista – e por suas relações com as “potências revisionistas” China e Rússia. O discurso de promoção da democracia não foi consistente, mas limitado aos países que atendiam tais condições.

5. Considerações Finais

As mudanças promovidas por Trump no âmbito da Política Exterior foram mais circunspectas do que poderiam parecer à primeira vista, ou do que a literatura liberal-internacionalista apresenta. A hesitação dos EUA em promover a ordem liberal ocorreu em diversos momentos de sua história, especialmente nas relações com as periferias e na América Latina, onde a potência apoiou governos autoritários por sua ação anticomunista.

Não houve contradição entre as estratégias globais e latino-americanas na administração Trump: a promoção da democracia na região era subordinada ao objetivo de manutenção da hegemonia e, assim, os países-alvo da política foram justamente aqueles que recebiam suporte de potências de fora do Hemisfério Ocidental. Em outras palavras, a promoção da democracia era secundária; o que estava em jogo era a manutenção da hegemonia dos

EUA nas Américas. O fato de Nicolas Maduro ter sido destacado como tirano, enquanto líderes autoritários de outras regiões eram elogiados, reforça a noção da América Latina como uma região subordinada, que deveria incorporar os modelos político-econômicos estadunidenses e se abster de manter relações com potências externas ao Hemisfério Ocidental, reforçando a tão aclamada Doutrina Monroe.

Ademais, como argumentado, existiram posturas contrárias à expansão da ordem liberal, no que se refere à desvalorização das instituições multilaterais, à política mais agressiva em relação à migração e às hesitações na promoção do livre-comércio, com a saída do TPP e a revisão do Nafta. O processo de fragilização das instituições democráticas internas nos Estados Unidos e a ascensão da extrema-direita transnacional tiveram consequências para a região, fortalecendo grupos de ideologia semelhante, especialmente, no Brasil. A estratégia era de promoção da hegemonia iliberal, porém, na região, isto não significa um rompimento com a tradição, pois, historicamente, exemplos de hesitação na promoção da ordem liberal abundam na América Latina. Em outras palavras, em diversos momentos históricos, os EUA, apesar do discurso, implementaram políticas que iam de encontro à expansão do liberalismo político na América Latina.

Embora não tenha sido o objetivo deste artigo e se trate de um processo ainda em curso, a análise das

contradições da política de promoção da democracia na América Latina durante a gestão Trump também pode iluminar o entendimento sobre a estratégia anunciada pelo atual presidente da potência. Joe Biden tem prometido um fortalecimento da agenda de democracia na política exterior, tendo proposto, inclusive, a ideia de uma Cúpula das Democracias. Contudo, embora o discurso de valorização da democracia seja indispensável do ponto de vista interno, externamente a ideia pode, mais uma vez, ser instrumentalizada e se tornar secundária frente à competição com China e Rússia. De fato, a maniqueísta divisão em “mundo livre” e “países autoritários” ecoa a postura da Guerra Fria, quando a promoção da democracia era um discurso para a mobilização política frente ao rival do momento e era instrumentalizada de acordo com os ditames da competição geopolítica.

Referências Bibliográficas

- Adkins, Travis L., and Judd Devermont. 2020. "The Legacy of American Racism at Home and Abroad." *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2020/06/19/american-racism-foreign-policy-impact/>.
- Ayerbe, Luis Fernando. 2019. "La Política de La Administración Trump Para América Latina: ¿Reinvención de La Doctrina Monroe?". *Revista Tempo do Mundo* 5(1): 225–40.
- Biegon, Rubrick. 2017. *US Power in Latin America. Renewing Hegemony*. New York: Routledge.
- Bolton, John. 2018. "Remarks by National Security Advisor Ambassador John R. Bolton on the Administration's Policies in Latin America". National Security Council.
- _____. 2020. *The Room Where It Happened*. New York: Simon & Schuster.
- Boyle, Michael J. 2020. "America and the Illiberal Order After Trump". *Survival* 62(6): 51–76.
- Campos, Carlos Oliva, and Gary Prevost. 2019. "The Trump Administration in Latin America: Continuity and Change". *International Journal of Cuban Studies* 11(1): 13–23.
- Cepik, Marco. 2019. "O Corolário Trump e a América Latina". *Revista Tempo do Mundo* 5(1): 241–65.
- Cooley, Alexander, and Nexon, Daniel. 2020. *Exit from Hegemony. The Unraveling of the American Global Order*. New York: Oxford University Press.
- Ellner, Steve. 2019. "Regime Change 'Made in the U.S.A.'". *NACLA: Report on the Americas*.
- Forrest, By Brett. 2021. "What Is QAnon? What We Know About the Conspiracy- Theory Group". *Wall Street Journal*. <https://www.wsj.com/articles/what-is-qanon-what-we-know-about-the-conspiracy-theory-11597694801>.
- Guida, Alessandro. 2018. "Donald Trump and Latin America". *Interdisciplinary*.
- Haugaard, Lisa et al. 2010. *Center for International Policy, the Latin America Working Group Education Fund, and the Washington Office on Latin America Waiting for Change*. Washington, D.C.
- Hernandez, Matheus De Carvalho, and da Rosa, William Torres Laureano. 2011. "Excepcionalismo Americano e as Violações de Direitos Humanos No Pós-11 de Setembro". *Carta Internacional* 6(1): 101–13.

- Ikenberry, G. John. 2012. *Liberal Leviathan. The Origins, Crisis and Transformation of the American World Order*. New Jersey: Princeton University Press.
- _____. 2017. "The Plot against American Foreign Policy: Can the Liberal Order Survive? Present at the Destruction." *Foreign Affairs* 96(3): 2–9.
- _____. 2019. "Reflections on After Victory." *British Journal of Politics and International Relations* 21(1): 5–19.
- Jaguaribe, Helio. 1979. "Autonomía Periférica y Hegemonía Céntrica." *Estudios Internacionales* 12(46): 91–130.
<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/16458>.
- Johnson, Christopher Keith. 2018. "The Impact of White Supremacy on US Foreign Policy towards Africa": 1–5.
- Karkour, Haro L. 2020. "Illiberal and Irrational? Trump and the Challenge of Liberal Modernity in US Foreign Policy." *International Relations*: 004711782095423.
<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0047117820954231>.
- Lawrence, Felicity. 2016. "Trump Is Right: Nafta Is a Disaster. But US Workers Aren't the Big Losers." *The Guardian*.
- Levy, Rachael. 2021. "Who Are the Proud Boys? The Group Trump Told to 'Stand Back and Stand By' Wall Street Journal.
<https://www.wsj.com/articles/who-are-proud-boys-11601485755>.
- Lowenthal, Abraham F. 2011. "The Obama Administration and the Americas". In *Shifting the Balance. Obama and the Americas.*, eds. Abraham F. Lowenthal, Theodore J. Piccone, and Laurence Whitehead. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.
- Marcetic, Branko. 2019. "The Tragic Life of the War Criminal Elliott Abrams." *Jacobin Magazine*: 9.
<https://www.jacobinmag.com/2019/02/the-tragic-life-of-the-war-criminal-elliott-abrams>.
- Mateo, Luiza Rodrigues. 2020. "The Changing Nature and Architecture of U.S. Democracy Assistance." *Revista Brasileira de Política Internacional* 63(1): 1–19.
- Meyer, Peter J. 2017. CRS Report R44647 U.S. Foreign Assistance to Latin America and the Caribbean: Trends and FY2017 Appropriations. Washington, D.C.
<https://fas.org/sgp/crs/row/R45089.pdf>.
- _____. 2018. CRS Report R45089 U.S. Foreign Assistance to Latin America and the Caribbean: FY2018 Appropriations. Washington, D.C.
<https://fas.org/sgp/crs/row/R45089.pdf>.
- _____. 2021. "Who Are the Proud Boys? The Group Trump Told to 'Stand Back and Stand By' Wall Street Journal.
<https://www.wsj.com/articles/who-are-proud-boys-11601485755>.

- Meyer, Peter J., and Rachel L. Martin. 2020. CRS Report R46514 U.S. Foreign Assistance to Latin America and the Caribbean: FY2021 Appropriations. Washington, D.C. <https://fas.org/sgp/crs/row/R46514.pdf>.
- Milani, Livia Peres. 2021. "US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation?". *Contexto Internacional* 43(1): 121–46.
- National Security Council. 2017. "Overview of Western Hemisphere Strategic Framework Purpose": 1–5. <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2020/08/Western-Hemisphere-Strategic-Framework.pdf> (February 2, 2021).
- Naylor, William. 2019. "Highlights from the Confirmation Hearing of Kimberly Breier for Assistant Secretary of State for Western Hemisphere Affairs." *Global Americans*. <https://theglobalamericans.org/2018/06/highlights-from-the-confirmation-hearing-of-kimberly-breier-for-assistant-secretary-of-state-for-western-hemisphere-affairs/> (February 13, 2021).
- Norden, Deborah L. 2021. "Venezuela: Coup-Proofing From Pérez Jiménez to Maduro." *Politics* (January): 1–21. <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.001/acrfore-9780190228637-e-1955>.
- Zimmerman. 2010. "The Top Seven Myths Toward the Americas". *Military Review* (September-October): 10.
- O'Neil, Shannon. 2017. "It's Time to Face NAFTA's Jobs Myth". *Americas Quarterly*. <https://www.americasquarterly.org/article/its-time-to-face-naftas-jobs-myth/> (February 1, 2021).
- Organização dos Estados Americanos. "B-32: CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS." https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm (February 8, 2021).
- Organization of American States. 2017. "LISTA DE PARTICIPANTES. OAS General Assembly. Mexico 2017. AG/Doc.5601/17." : 76.
- Panitch, Leo, and Sam Gindin. 2019. "Trumping the Empire". *Socialist Register* 55: 1–25.
- Parmar, Inderjeet. 2017. "The Legitimacy Crisis of the U.S. Elite and the Rise of Donald Trump." *Insight Turkey* 19(3): 9–22.
- _____. 2018. "The US-Led Liberal Order: Imperialism by Another Name?" *International Affairs* 94(1): 151–72. <http://academic.oup.com/ia/article/94/1/151/4762690>.

- Pecequillo, Cristina Soreanu, and Marcela Franzoni. 2019. "As Relações Bilaterais do México com os Estados Unidos: Um Balanço de 200 a 2008". *Carta Internacional* 14(3): 110–41.
- Pedroso, Carolina Silva. 2018. 53 "Entre o Bolivarianismo e a Adesão à Hegemonia: A Relação de Venezuela e Estados Unidos Durante o Chavismo (1999-2013)." Universidade Estadual Paulista. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/156006>.
- Pires, Marcos Cordeiro. 2020. "Eleição de Clever-Carone e as Promessas de Um Novo Pan-Americanismo". OPEU. <https://www.opeu.org.br/2020/09/21/eleicao-de-claver-carone-e-as-promessas-de-um-novo-pan-americanismo/> (February 13, 2021).
- Posen, Barry R. 2018. "The Rise of Illiberal Hegemony. Trump's Surprising Grand Strategy". *Foreign Affairs* 97(2): 20–27.
- Restad, Hilde Eliassen. 2020. "What Makes America Great? Donald Trump, National Identity, and U.S. Foreign Policy." *Global Affairs* 6(1): 21–36. <https://doi.org/10.1080/23340460.2020.1734955>.
- RUCKER, PHILIP. 2018. "'Dictator Envy': Trump's Praise of Kim Jong Un Widens His Embrace of Totalitarian Leaders." *Washington Post*.
- Schwarz, Jon. 2019. "Elliott Abrams, Trump's Pick to Bring 'Democracy' to Venezuela, Has Spent His Life Crushing Democracy". *The Intercept*: 15.
- Seelke, Clare Ribando, Rebecca M. Nelson, Phillip Brown, and Rhoda Margesson. 2020. *Venezuela: Background and U.S. Relations*. Washington, D.C. <https://fas.org/sgp/crs/row/R44841.pdf>.
- Stokes, Doug. 2018. "Trump, American Hegemony and the Future of the Liberal International Order". *International Affairs* 94(1): 133–50.
- Sullivan, Mark P. et al. 2020. *Latin America and the Caribbean: U.S. Policy and Issues in the 116th Congress*. Washington, D.C. <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46258>.
- The White House. 2010. "National Security Strategy." : 60.
- _____. 2015. "National Security Strategy." : 35.
- _____. 2017. "National Security Strategy."
- Trump, Donald. 2019. "Remarks by President Trump in State of the Union Address." The White House.
- _____. 2020. "Remarks by President Trump in State of the Union Address." The White House.
- <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg>

United Nations. United Nations Treaty Collection International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights. https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-3&chapter=4&lang=en (February 8, 2021).

Vitalis, Robert. 2015. *White World Order, Black Power Politics. The Birth of American International Relations.* Ithaca: Cornell University.

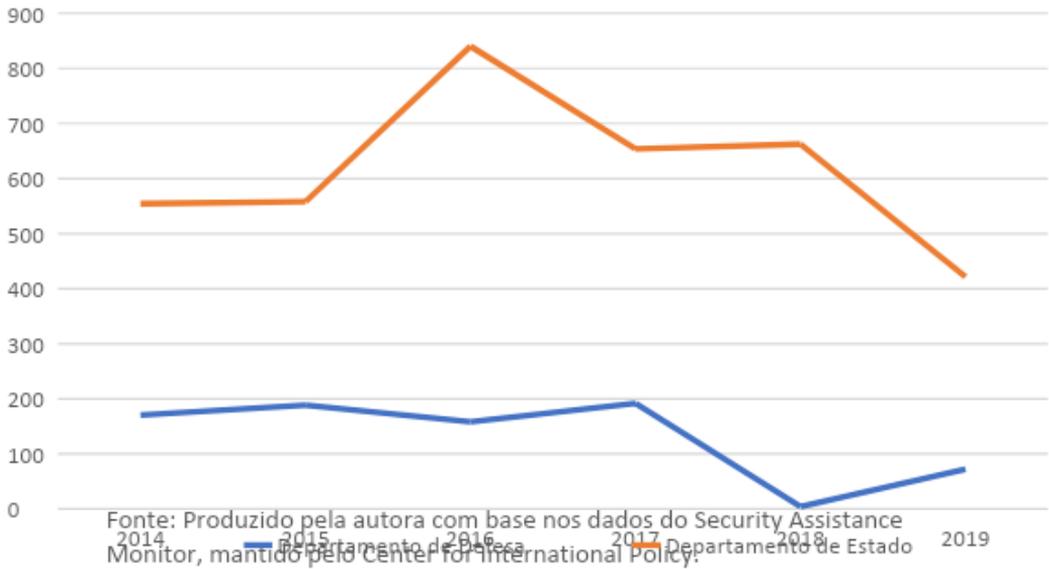
Walt, Stephen M. 2018. "Us Grand Strategy after the Cold War: Can Realism Explain It? Should Realism Guide It?". *International Relations* 32(1): 3–22.

Notas

- (1) No original: “These competitions require the United States to rethink the policies of the past two decades — policies based on the assumption that engagement with rivals and their inclusion in international institutions and global commerce would turn them into benign actors and trustworthy partners. For the most part, this premise turned out to be false”.
- (2) No original: “powerless and insecure in liberal modernity, while, on the other hand, lead to the individual’s identification with the nation’s excess and irrationality to fill the gap in their own power and security”.
- (3) No original, “en que la perspectiva de coexistencia con la pluralidad de formas de gobierno tiende a ser substituída por una apuesta en la eliminación del campo adversario”.
- (4) No original: “We are also realistic and understand that the American way of life cannot be imposed upon others, nor is it the inevitable culmination of progress”.
- (5) No original: “Three main sets of challengers — the revisionist powers of China and Russia, the rogue states of Iran and North Korea, and transnational threat organizations, particularly jihadist terrorist groups — are actively competing against the United States and our allies and partners. [...] These are fundamentally political contests between those who favor repressive systems and those who favor free societies”.
- (6) No original: “China seeks to pull the region into its orbit through state-led investments and loans. Russia continues its failed politics of the Cold War by bolstering its radical Cuban allies as Cuba continues to repress its citizens. Both China and Russia support the dictatorship in Venezuela and are seeking to expand military linkages and arms sales across the region”.
- (7) Tampouco é possível verificar uma novidade neste episódio. Em 2002, os EUA reconheceram Pedro Carmona como presidente da Venezuela, que se manteve no poder por dois dias, após uma tentativa de golpe à Hugo Chávez. Posteriormente, foram descobertas conexões entre os setores golpistas e diplomatas estadunidenses, além de terem ocorrido repasses de recursos através do Fundação Nacional para a Democracia (NED, na sigla em inglês) (PEDROSO, 2018, p.222-227).

Anexo

Gráfico 1 - Assistência em segurança dos EUA para a Am. Latina e Caribe



Abstract

The U.S. Foreign Policy literature has identified that the Trump administration stood out for its illiberal positions vis-à-vis the international order. However, the rhetoric for the defense of democracy has remained in Latin America. Taking this context into consideration, this article starts from the following questions: did foreign policy for Latin America, during the Trump administration, promote a deconstruction of the liberal order? To what extent is it a break with American tradition? The article was divided into three parts: initially, we discuss the relations between the USA and the liberal order, later the characteristics of the policy for Latin America are presented and, finally, the case of Venezuela is analyzed. The research was carried out through the discussion of bibliography and textual analysis of official documents and speeches by American authorities.

Key-words: US-Latin America; Liberal order; Foreign Policy.

Resumo

A literatura sobre Política Externa dos EUA identificou que o governo Trump se destacava por suas posições *iliberais* frente à ordem internacional. Contudo, a retórica de defesa da democracia se manteve na América Latina. Considerando este contexto, o presente artigo parte dos seguintes questionamentos: a política exterior para a América Latina, durante o governo Trump, promoveu uma desconstrução da ordem liberal? Até que ponto se trata de um rompimento com a tradição estadunidense? O artigo foi dividido em três partes: inicialmente, as relações entre os EUA e a ordem liberal são debatidas, posteriormente são apresentadas as características da política para a América Latina e, por fim, o caso da Venezuela é analisado. A pesquisa foi realizada através da discussão da bibliografia e da análise textual de documentos oficiais e discursos de autoridades estadunidenses.

Palavras-chave: EUA-América Latina; ordem liberal, Política Exterior.